

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

**POR UMA EUROPA DAS PESSOAS, DA SOLIDARIEDADE, DA COESÃO E DA CONVERGÊNCIA.
PELA EUROPA SOCIAL.**

CONSIDERANDO QUE:

- Falta na União Europeia uma liderança eficaz, o que tem contribuído para a perda do élan que o modelo social europeu lhe tinha conferido enquanto elemento identitário entre os cidadãos e as instituições europeias;
- Esta falta de liderança sente-se, nomeadamente, na ausência de políticas de crescimento e emprego e num emaranhado de políticas de compromisso, tentando agradar indiscriminadamente à esquerda e à direita, ao norte e ao sul e numa incapacidade de dar resposta a questões centrais como a gestão da crise dos migrantes e refugiados ou a política de segurança externa;
- A crise financeira que assolou a Europa depois de 2008 ainda não deixou de se fazer sentir pois, apesar das taxas de desemprego terem voltado praticamente aos níveis pré-crise, a qualidade do emprego deteriorou-se e a precariedade do emprego, nas suas diversas formas, parece ter-se tornado estrutural;
- A pobreza entre os trabalhadores europeus (com trabalho em risco de pobreza) é, agora, de 9,5% sendo superior em 1% ao que era antes da crise financeira de 2008, facto a que não será também alheia uma redução da cobertura da negociação coletiva e a tendência para a contenção salarial que condiciona negativamente a vida dos trabalhadores e suas famílias;
- Em alguns países a deterioração da qualidade do emprego e da qualidade de vida, resultante da crise económico-financeira e da aplicação de políticas socialmente insensíveis conduziu a um inegável enfraquecimento dos partidos políticos tradicionais e a uma crise das instituições democráticas, associada ao crescimento dos movimentos populistas e eurocéticos. Este processo ficou claro nos resultados das eleições para o Parlamento Europeu em muitos países, ainda que longe da viragem que muitos preconizavam ou de um reequilíbrio com impactos nos processos decisórios;
- O discurso positivo na U.E. dos últimos anos tem sido sustentado num conjunto de progressos que, devendo ser reconhecidos, são ainda insuficiente e/ou frágeis: crescimento económico de facto mas ainda fraco; um plano Juncker de investimento sem grandes consequências; na tentativa de

reintrodução de uma agenda social, que se consubstanciou na proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais em 2017;

- O Pilar Europeu dos Direitos Sociais - instrumento de políticas sociais em que o movimento sindical Europeu se empenhou desde o seu início -, precisa de dar passos consistentes no sentido da sua implementação ao nível europeu e em cada um dos Estados-membros, o que se deverá traduzir num efetivo equilíbrio entre o económico e social nos diferentes planos de atuação, numa mobilização de recursos comunitários e numa priorização da sua implementação nas políticas nacionais;

Importa destacar que a UGT é o único Parceiro Social Sindical que reconhece a importância deste passo nas políticas europeias e se encontra verdadeiramente empenhado na sua implementação em Portugal.

A UGT NA REUNIÃO DO SECRETARIADO NACIONAL, REALIZADA EM ÉVORA, EM 16 DE JULHO DE 2019

1. Lamenta que a União Europeia tenha aprendido muito pouco com a (ainda) recente crise económica e financeira, não tome passos mais decididos e consistentes para se aproximar dos anseios dos cidadãos e que apenas com enorme dificuldade reconheça que há alternativas a uma pura política de austeridade.

Tal foi claro no caso de Portugal, como evidenciam as reticências reveladas face às mudanças de política operadas no nosso País, inclusivamente por via do diálogo social, e que apenas recentemente a Comissão Europeia começou a reconhecer como positivas;

2. Lamenta que a composição do recém-eleito Parlamento Europeu leve a que candidatos oriundos de partidos populistas e, em alguns casos eurocéticos, se possam pretender alcandorar a lugares de chefia num projeto em que não acreditam e que pretendem destruir;
3. Vê como positivo que se tenha atingido um consenso relativamente às Presidências das diferentes Instituições Europeias, apesar das dificuldades do processo revelarem – mais uma vez – as divisões internas da Europa.
4. Espera que estas novas lideranças se traduzam num retorno aos valores e objetivos da União Europeia e a uma Europa verdadeiramente Social.

A UGT CONTINUA E CONTINUARÁ ASSIM A DEFENDER:

- Uma Europa Social que promova o trabalho digno para todos;
- Um salário mínimo europeu que garanta condições de vida digna a todos os trabalhadores, contribuindo para retirar milhões de trabalhadores europeus da pobreza;
- Uma Europa Social que reconheça a negociação coletiva e o diálogo social como instrumentos fundamentais de construção de políticas, de promoção das condições de vida e de trabalho, promovendo salários justos, a coesão social e o combate às desigualdades;
- Uma Europa Social que, reconhecendo que o desemprego está entre os maiores fatores de desigualdade e exclusão social, responda adequadamente ao desafio de criar e promover o emprego de qualidade;
- Uma Europa Social que responda aos desafios da revolução industrial 4.0, que ameaça milhões de postos de trabalho tradicionais, exigindo-se políticas que – com o envolvimento dos parceiros sociais – determinem o rumo dessa revolução, promovam novas oportunidades e novos empregos em áreas que promovam a sustentabilidade social e ambiental e assegurem uma adequada requalificação dos trabalhadores, num processo que não deixe ninguém para trás;
- Uma Europa Social empenhada em que todos os cidadãos possam adquirir competências que reforcem a sua empregabilidade, o que exige um plano social que inclua financiamento adequado da educação, formação e da qualificação profissional;
- Uma Europa Social em que todos os seus cidadãos tenham proteção social, independentemente dos seus vínculos laborais;
- Uma Europa Social que promova serviços públicos de qualidade a que todos os cidadãos tenham acesso, sendo estes serviços essenciais ao desenvolvimento económico dos estados-membros e determinantes para a melhoria das condições de vida das pessoas e da coesão social;
- Uma Europa Social que promova políticas públicas de saúde, de proteção social, de envelhecimento ativo e de mercado de trabalho capazes de responder aos desafios do envelhecimento da população;
- Uma Europa Social que responda aos desafios do equilíbrio entre a vida familiar e a profissional, de modo a compensar os impactos negativos da parentalidade na vida profissional das mulheres e, assim, contribua para a promoção da igualdade de oportunidades, da natalidade e da renovação geracional;
- Uma Europa Social em que as preocupações de ordem económica não se sobreponham às preocupações sociais, sendo necessário reconhecer que o investimento social é um fator produtivo capaz de reforçar a resiliência das economias;

- A promoção da convergência entre os Estados Membros e a promoção da coesão social e territorial dentro de cada Estado Membro;
- A necessidade de transformar a economia e a sociedade para alcançar a neutralidade climática, assegurando uma transição justa para um futuro mais verde;
- O diálogo social como instrumento determinante na busca de soluções sustentadas e de equilíbrios capazes de gerar progresso económico e social.

A UGT exige uma Europa Social baseada no crescimento sustentável e no progresso económico e social, bem como na coesão e na convergência; uma Europa capaz de salvaguardar ao mesmo tempo a integridade do mercado interno e a diversidade dos sistemas nacionais e o papel fundamental dos parceiros sociais; uma União que promova a igualdade de direitos e de oportunidades para todos; uma Europa que lute contra o desemprego, a discriminação, a exclusão social e a pobreza e onde todos tenham acesso à melhor educação e formação e onde o emprego de qualidade seja uma realidade.

Uma Europa em que tais objetivos se traduzam em opções reais nos vários instrumentos de política, começando com o próximo Quadro Financeiro Plurianual, em que as prioridades a eleger e a solidariedade entre Estados deverão ser espelhados nos recursos a afetar.

É por esta Europa de PAZ, LIBERDADE, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL que a UGT luta, tanto no nosso País como na Europa e no Mundo. Na Europa, alinhada com os nossos parceiros sindicais democráticos da Confederação Europeia de Sindicatos, no Conselho Económico e Social Europeu e em todas as sedes em que estamos representados; no Mundo através da sua estreita ligação com a Confederação Sindical Internacional e com a Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa, mas também com o seu empenho na Organização Internacional do Trabalho, enquanto fórum tripartido por excelência e que urge cada vez mais preservar e reforçar a nível mundial e nacional.

Só reafirmando os princípios fundadores da União Europeia – Liberdade, Democracia, Justiça Social - poderemos assegurar que a União Europeia se manterá relevante para os seus cidadãos e cidadãs e para o Mundo.

Estas são bandeiras de que a UGT nunca abdicará!

Aprovada por Unanimidade e Aclamação

Évora, 16 de Julho de 2019